



ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE SEVER DO VOUGA

REGULAMENTO INTERNO



MINISTÉRIO DA
ADMINISTRAÇÃO
INTERNA



Despacho nº 252/RI/DNB/2009

Corpo de Bombeiros 0119 - ABV Sever do Vouga

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 6º, do Decreto-Lei n.º 247/2007 de 27 de Junho e no uso das competências que me foram delegadas pelo Despacho n.º 11956/2007, do Presidente da Autoridade Nacional de Protecção Civil, de 11 de Abril, publicado no Diário da República, 2ª série – N.º 115 – de 18 de Junho de 2007 :

1. Aprova o Regulamento Interno deste Corpo de Bombeiros, no que respeita à sua estrutura por a mesma se encontrar em conformidade com o definido no n.º 1 do art.º 16º do Despacho n.º 20915/2008, de 11 de Agosto e com o modelo de Regulamento Interno disponibilizado pela ANPC, ressalvando-se todas e quaisquer disposições aditadas pela entidade detentora no uso das suas competências;
2. Homologo o Quadro de Pessoal deste Corpo de Bombeiros, em anexo ao presente despacho;
3. Confirmando a área de actuação do Corpo de Bombeiros em anexo ao presente despacho;
4. Reconheço a composição da Força Mínima de Intervenção Operacional deste Corpo de Bombeiros, em anexo ao presente despacho;
5. A informação referente ao Quadro de Pessoal, à Área de Actuação e à composição da Força Mínima de Intervenção Operacional (anexa ao presente despacho), integra o Regulamento Interno deste Corpo de Bombeiros nos respectivos itens, respeitando a estrutura referida no ponto 1.

Carnaxide, 10 de Setembro de 2009

O Director Nacional de Bombeiros



Amândio Torres



Corpo de Bombeiros 0119 - ABV Sever do Vouga

QUADRO DE PESSOAL

O nº 2 do artigo 6º do Decreto-Lei n.º 247/2007 de 27 de Junho estabelece que a ANPC exerce a tutela dos corpos de bombeiros mistos ou voluntários criados e detidos pelas associações humanitárias de bombeiros, designadamente, através da aprovação dos regulamentos internos e da homologação dos quadros de pessoal.

Face ao que antecede, após análise da proposta de Regulamento Interno, ponderados os requisitos legais, consultados os elementos disponíveis no Recenseamento Nacional de Bombeiros Portugueses (RNBP), à data de 19FEV09, a opção de modelo organizativo do quadro de pessoal do Corpo de Bombeiro e a análise relativa à fundamentação para o aumento do Quadro de Pessoal em mais de 15 elementos, a Autoridade Nacional de Protecção Civil informa que **o Quadro de Pessoal homologado** consta do mapa abaixo apresentado:

Carreira	Categoria	Quadro Pessoal Homologado (*)	
Estrutura de Comando	Comandante	1	
Estrutura de Comando	Segundo comandante	1	
Estrutura de Comando	Adjunto de Comando	1	
Total de Elementos na Estrutura de Comando		3	
Carreira de Oficial de Bombeiro	Oficial bombeiro superior	1	
Carreira de Oficial de Bombeiro	Oficial bombeiro principal	1	
Carreira de Oficial de Bombeiro	Oficial bombeiro de 1ª	1	
Carreira de Oficial de Bombeiro	Oficial bombeiro de 2ª	2	3
Total de Elementos na Carreira de Oficial de Bombeiro		5	3
Carreira de Bombeiro	Chefe	3	
Carreira de Bombeiro	Subchefe	6	
Carreira de Bombeiro	Bombeiro de 1ª	12	
Carreira de Bombeiro	Bombeiro de 2ª	24	1
Carreira de Bombeiro	Bombeiro de 3ª	24	11
Total de Elementos na Carreira de Bombeiro		69	12
TOTAL DE ELEMENTOS		77	15

* Supranumerários

Sendo o modelo organizativo a base de construção do Quadro de Pessoal, importa identificar claramente o modelo que serve de base ao quadro supra:

- Modelo organizativo de base para a elaboração, do quadro de pessoal do CB
- Uma companhia a três secções com equipas a cinco elementos



MINISTÉRIO DA
ADMINISTRAÇÃO
INTERNA



Anexo ao Despacho n.º 252/RI/DNB/2009

Corpo de Bombeiros 0119 - ABV Sever do Vouga

ÁREA DE ACTUAÇÃO

O n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 247/2007 de 27 de Junho estabelece que a ANPC exerce a tutela dos corpos de bombeiros mistos ou voluntários criados e detidos pelas associações humanitárias de bombeiros, designadamente, na definição da área de actuação de cada corpo de bombeiros.

Neste quadro, encontrando-se identificada a área de actuação nos Regulamentos Internos a aprovar pela ANPC, confirma-se que a área de actuação desse CB é que a seguir se descreve:

Limite geográfico do concelho de Sever do Vouga.

FORÇA MÍNIMA DE INTERVENÇÃO OPERACIONAL

O n.º 3 do art. 4.º do Despacho n.º 20915/2008, do Presidente da Autoridade Nacional de Protecção Civil - Regulamento do Modelo Organizativo dos Corpos de Bombeiros estabelece que o Corpo de Bombeiros mantém uma força mínima de intervenção operacional, em regime de prevenção e alerta permanente no quartel, constituída e organizada em função da natureza e nível de riscos a prevenir.

Na sequência da informação fornecida a esta Autoridade, reconhece-se a composição e horário da Força Mínima de Intervenção Operacional, que a seguir se descreve:

Turno	Período	HoraInícioTurno	HoraFimTurno	Elementos
1.º TURNO	Dias Úteis	7:00	21:00	15
2.º TURNO	Dias Úteis	21:00	7:00	6
3.º TURNO	Dias Úteis			
1.º TURNO	Fins de Semana e Feriados	9:00	21:00	7
2.º TURNO	Fins de Semana e Feriados	21:00	9:00	7
3.º TURNO	Fins de Semana e Feriados			

REGISTO DE ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO INTERNO

[illegible]

GLOSSÁRIO - ABREVIATURAS

ANPC	- Autoridade Nacional de Protecção Civil
CB	- Corpo de Bombeiros
DNB	- Direcção Nacional de Bombeiros

ÍNDICE

Capítulo	Assunto	Páginas
I	Caracterização do Corpo de Bombeiros	6 a 8
	1. Corpo de Bombeiros	6
	1.1. Identificação	6
	1.2. Tipologia	6
	1.3. Data de Homologação	6
	2. Entidade Detentora	6
	2.1. Identificação	6
	2.2. Data da Fundação	6
	3. Missão do Corpo de Bombeiros	6 a 7
	4. Área de Actuação do Corpo de Bombeiros	7
	5. Força Mínima de Intervenção Operacional	8
	5.1. Definição e Composição	8
	5.2. Missão	8
	5.3. Meios e Recursos	8
II	Organização do Corpo de Bombeiros	9 a 22
	1. Unidades Orgânicas	9
	1.1 Organograma do Corpo de Bombeiros	9
	1.2 Estrutura de Comando	10 a 18
	1.3 Estrutura Operacional	18 a 19
	1.4 Núcleo de Apoio e Estado-Maior	20 a 22
III	Normas Internas do Corpo de Bombeiros	23 a 65
	1. Normas de Funcionamento	23 a 26
	2. Normas relativas ao Recrutamento, Instrução e Gestão do Pessoal	27 a 63
	3. Normas relativas às Infraestruturas e aos Equipamentos de Intervenção	64 a 65
IV	Quadros de Pessoal do Corpo de Bombeiros	66
V	Anexos	67 a 74
	A – Mapa de Equipamentos de Intervenção	68 a 71
	B – Plantas Descritivas das Infraestruturas Operacionais	
	C – Relação de Contactos Relevantes	

CAPÍTULO I

Caracterização do Corpo de Bombeiros

1. Corpo de Bombeiros

1.1. Identificação

Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Sever do Vouga

1.2. Tipologia

Corpo de Bombeiros Tipo 3

1.3. Data de homologação

07 de Março de 1994

2. Entidade Detentora

2.1. Identificação

Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Sever do Vouga

2.2. Data da Fundação

15 de Outubro de 1960

3. Missão do Corpo de Bombeiros

- a) A prevenção e o combate a incêndios
- b) O socorro às populações, em caso de incêndios, inundações
desabamentos e, de um modo geral, em todos os acidentes
- c) O socorro a naufragos e buscas subaquáticas

-
- d) O socorro e transporte de acidentados e doentes, incluindo a urgência pré-hospitalar, no âmbito do sistema integrado de emergência médica
 - e) A emissão, nos termos da lei, de pareceres técnicos em matéria de prevenção e segurança contra riscos de incêndio e outros sinistros
 - f) A participação em outras actividades de protecção civil, no âmbito do exercício das funções específicas que lhes forem cometidas
 - g) O exercício de actividades de formação e sensibilização, com especial incidência para a prevenção do risco de incêndios junto das populações
 - h) A participação em outras acções e o exercício de outras actividades, para as quais estejam tecnicamente preparados e se enquadrem nos seus fins específicos e nos fins das respectivas entidades detentoras
 - i) A prestação de outros serviços previstos na legislação aplicável.

4. Área de Actuação do Corpo de Bombeiros

O Corpo de Bombeiros Voluntários de Sever do Vouga, tem como área de actuação própria o Concelho de Sever do Vouga, constituído pela freguesia de Sever do Vouga, Freguesia de Pessegueiro do Vouga, Freguesia de Paradela do Vouga, Freguesia de Talhadas, Freguesia de Cedrim, Freguesia de Rocas do Vouga, Freguesia de Couto Esteves, Freguesia de Dornelas e Freguesia de Silva Escura, cumprindo os limites da divisão administrativa do País.

5. Força Mínima de Intervenção Operacional

5.1. Definição e Composição

O Corpo de Bombeiros mantém uma força operacional mínima de prevenção e alerta permanente no quartel, constituída e organizada por uma equipa de 5 ou 6 elementos chefiada por um graduado (Chefe, Subchefe ou Bombeiro de 1ª Classe).

5.2. Missão

A esta força Operacional mínima compete desempenhar as actividades operacionais e de intervenção, no âmbito da missão do Corpo de Bombeiros.

5.3. Meios e Recursos

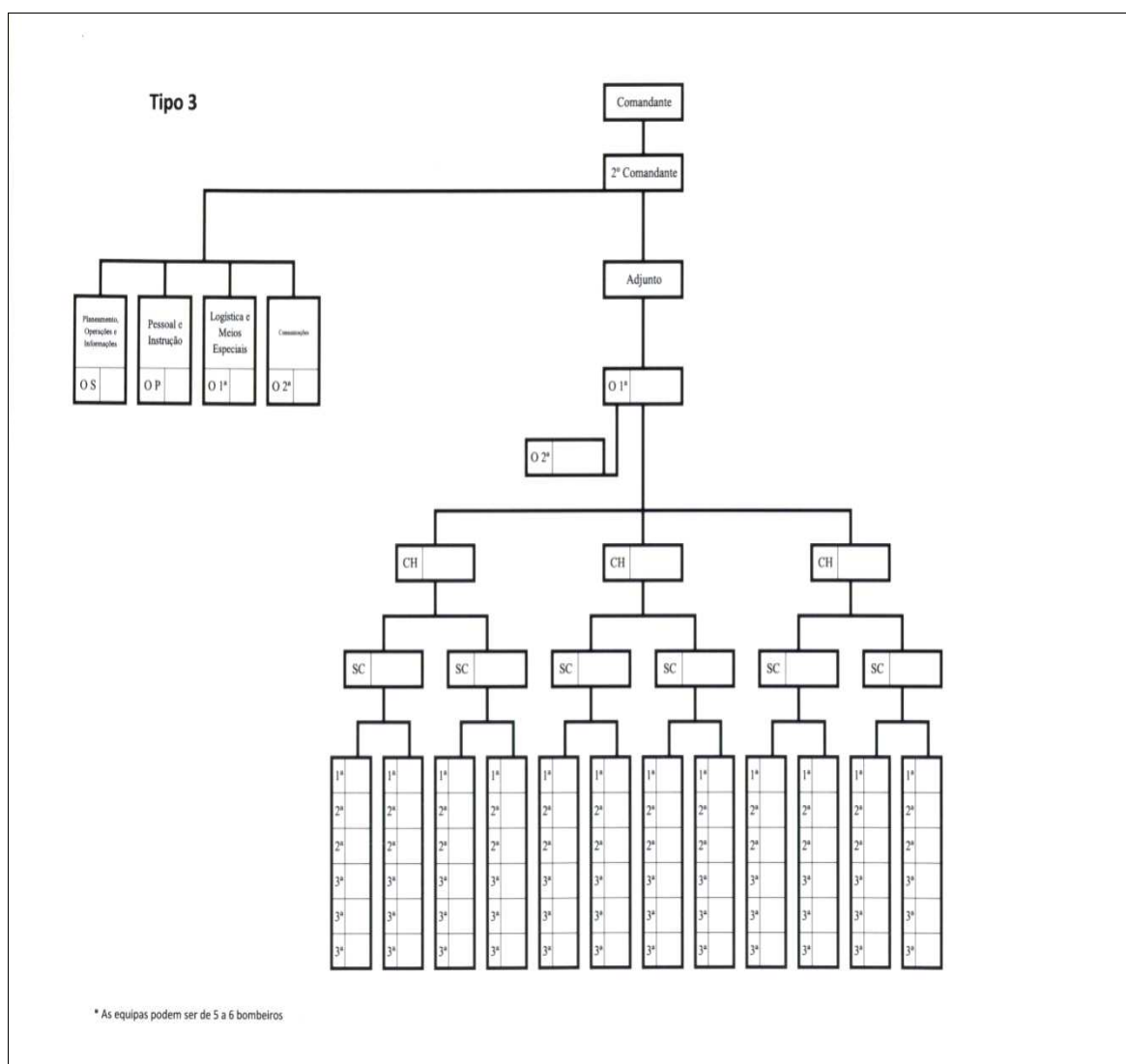
São os constantes nos anexos A, B e C

CAPÍTULO II

Organização do Corpo de Bombeiros

1. Unidades Orgânicas

1.1. Organograma do Corpo de Bombeiros



1.2. Estrutura de Comando

O Comando do CB é constituído por:

- a) Comandante
- b) 2º. Comandante
- c) Adjuntos de Comando

1.2.1. Comandante

São competências do Comandante:

Organizar, comandar e coordenar as actividades exercidas pelo respectivo corpo, incluindo, a nível operacional, a definição estratégica dos objectivos e das missões a desempenhar.

É o primeiro responsável pelo desempenho do Corpo de Bombeiros e dos seus elementos no cumprimento das missões que lhes são cometidas.

É coadjuvado nas suas funções pelo 2º. Comandante, que o substitui nas suas ausências e nos seus impedimentos, e pelos adjuntos de comando.

Pode atribuir aos elementos do Quadro de Reserva, as seguintes funções:

- a) Integrar a representação do Corpo de Bombeiros em cerimónias, festividades e outros actos similares
- b) Colaborar, partilhando a experiência e os conhecimentos adquiridos, em acções de formação, no seio do Corpo de Bombeiros
- c) Colaborar nas diversas actividades desenvolvidas pelo Corpo de Bombeiros, compatíveis com as respectivas capacidades físicas e intelectuais.
- d) Emitir parecer nos pedidos de passagem ao Quadro de Honra, requeridos pelos restantes elementos do Quadro de Comando, bem como do Quadro Activo.

Pode atribuir aos elementos do Quadro de Honra, as seguintes funções:

-
- a) Integrar a representação do Corpo de Bombeiros em cerimónias, festividades e outros actos similares;
 - b) Colaborar, partilhando a experiência e os conhecimentos adquiridos, em acções de formação, no seio do Corpo de Bombeiros;
 - c) Colaborar nas diversas actividades desenvolvidas pelo Corpo de Bombeiros, compatíveis com as respectivas capacidades físicas e intelectuais.

Decidir sobre a criação de uma força conjunta no Município.

A direcção da instrução a ministrar ao pessoal do Corpo de Bombeiros e de acordo com o programa previamente estabelecido e aprovado pela ANPC, ouvido o Conselho Nacional de Bombeiros, dividindo-se nas seguintes modalidades:

- a) Instrução inicial, destinada a habilitar os cadetes e estagiários para o ingresso na carreira de bombeiro
- b) Instrução inicial, destinada a habilitar os estagiários para o ingresso na carreira de oficial bombeiro
- c) Instrução de acesso, destinada a todos os elementos das carreiras de oficial bombeiro e bombeiro, necessária à progressão na respectiva carreira
- d) Instrução continua, que visa o treino e o saber fazer, através do aperfeiçoamento permanente do pessoal do Corpo de Bombeiros.

Elaborar, até ao final de cada ano, o plano de instrução que estabelece as actividades mínimas a desenvolver no ano seguinte, pelo seu Corpo de Bombeiros, do qual dá conhecimento à entidade detentora do Corpo de Bombeiros e submete à aprovação da ANPC.

São deveres especiais do Comandante:

- a) Garantir a unidade do corpo de bombeiros
- b) Velar e garantir a prontidão operacional
- c) Assegurar a articulação operacional permanente com as estruturas de comando operacionais de nível distrital

-
- d) Assegurar, nos termos da lei, a articulação com o respectivo serviço municipal de protecção civil
 - e) Garantir a articulação operacional com os corpos de bombeiros limítrofes
 - f) Zelar pela segurança e saúde dos bombeiros
 - g) Planear e desenvolver as actividades formativas e operacionais;
 - h) Elaborar as normas internas necessárias ao bom funcionamento do corpo de bombeiros, bem como as Estatísticas operacionais
 - i) Garantir a articulação, com a correcção e eficiência, entre o corpo de bombeiros e a respectiva entidade detentora, com respeito pelo regime jurídico do corpo de bombeiros e pelos fins da mesma entidade.
- Ser ouvido, sempre que os bombeiros voluntários requeiram a transferência para outro Corpo de Bombeiros.
 - O provimento nas categorias de oficial bombeiro
 - O provimento nas categorias da carreira de bombeiro voluntário
 - A aplicação de penas de advertência e de repreensão escrita.
 - A aplicação das penas de suspensão e de demissão.
 - Analisar e decidir os recursos hierárquicos das decisões em matéria disciplinar não aplicadas por si.
 - Instaurar ou mandar instaurar processo disciplinar contra os respectivos subordinados.
 - Nomear instrutor, sempre que seja determinado a instrução de processo disciplinar
 - Despachar a prorrogação do prazo de 45 dias para ulimação da instrução do processo disciplinar, sempre que o instrutor submeta uma proposta fundamentada, nos casos de excepcionais complexidades.
 - Das decisões, em matéria disciplinar, não aplicadas pelo Comandante do Corpo de Bombeiros, cabe recurso hierárquico para este, de cuja decisão não é admissível recurso gracioso.

- Tem por atribuições organizar, comandar e coordenar as actividades exercidas pelo respectivo Corpo, incluindo, a nível operacional, a definição estratégica dos objectivos e das missões a desempenhar no âmbito da competente área de intervenção.

- O comando, direcção, administração e organização da actividade do Corpo de Bombeiros, sem prejuízo dos poderes de tutela da entidade detentora do Corpo de Bombeiros e da Autoridade Nacional de protecção Civil.

- Pode nomear, em regime de substituição, Oficiais Bombeiros e Bombeiros de categoria inferiores para os cargos de comando, chefia e coordenação, quando o corpo de bombeiros não disponha de Oficiais Bombeiros ou Bombeiros nas categorias previstas no presente regulamento.

- Elaborar as propostas do Quadro de Pessoal e do regulamento interno.

- Tem o especial dever de velar continuamente, junto dos seus subordinados, pela estrita e completa observância das disposições constante do Plano de Uniformes, insígnias e identificação dos bombeiros.

- Decidir a realização de avaliação dos Oficiais Bombeiros e dos Bombeiros Voluntários, sempre que o serviço operacional apesar de não ter possibilitado o contacto directo, em pelo menos seis meses, com o avaliador.

- Efectuar o suprimento da avaliação através da ponderação do currículo do avaliado, considerando, entre outros os seguintes elementos:

- As habilitações académicas e profissionais

- A experiência profissional e a valorização curricular

- O exercício de cargos ou funções de reconhecido interesse público ou relevante interesse social.

- Intervir no processo de avaliação do desempenho.

- A avaliação de todos os seus subordinados

Compete-lhe:

a) Garantir a adequação do sistema de avaliação do desempenho às realidades específicas do Corpo de Bombeiros;

-
- b) Coordenar e controlar o processo de avaliação anual de acordo com os princípios e regras definidas no regulamento do Sistema de Avaliação dos Bombeiros Voluntários
 - c)) Homologar as avaliações anuais
 - d) Decidir as avaliações dos avaliados
 - e) Assegurar a elaboração do relatório anual do desempenho
 - f) Exercer as demais competências que lhe são cometidas pelo presente regulamento.
- Quando não homologue as avaliações atribuídas pelos avaliadores, atribuir novas referências qualitativas e respectiva quantificação, com a respectiva fundamentação.
 - A homologação da avaliação de desempenho.
 - Decidir sobre as reclamações das avaliações que tenham sido por si homologadas, tendo em conta os fundamentos apresentados pelo avaliado e avaliador.
 - Assegurar o registo tempestivo das fichas de avaliação, bem como a sua inclusão no processo individual dos bombeiros.
 - Enviar, até 30 de Abril de cada ano, à Direcção Nacional de Bombeiros da ANPC o mapa anual com as classificações finais por referências qualitativas, relativas ao ano anterior, por carreira e categoria de bombeiros.
 - Assegurar o registo tempestivo do serviço operacional no recenseamento Nacional dos Bombeiros Portugueses, bem como a sua inclusão no processo individual dos bombeiros.
 - É o responsável, em todas as circunstâncias, pela forma como as unidades subordinadas cumprem as missões atribuídas.
 - A decisão sobre a não satisfação das condições gerais de promoção estabelecidas na legislação em vigor.
 - Verificar e fundamentar que os elementos do Corpo Activo com processo disciplinar ou criminal pendente possam ser promovidos, desde que a natureza desse processo não ponha em causa a satisfação das condições gerais de promoção.
 - Despachar os documentos de ingresso e promoção, dos quais devem conter menção expressa da data da respectiva antiguidade e da nova categoria.

-
- Ordenar a publicação em ordem de serviço e objecto de registo no Recenseamento Nacional dos Bombeiros Portuguesas e o ingresso e as promoções.
 - O provimento nas carreiras de oficial Bombeiro.
 - A avaliação curricular.
 - O provimento nas categorias de bombeiro voluntário.
 - Determinar a abertura do concurso, através da publicação de avisos nos locais apropriados do Corpo de Bombeiros a que tenham acesso os candidatos, bem como através de outro meio adequado aos que, por motivo fundamentado, se encontrem ausentes do serviço.
 - A nomeação do júri dos concursos.
 - Homologar as actas que contém as listas de classificações finais ordenadas dos candidatos, bem como as restantes actas do júri.
 - Informar, em tempo oportuno, a entidade detentora do corpo de bombeiros e a Direcção Nacional de Bombeiros da ANPC, nomeadamente dos seguintes procedimentos:
 - a) Aviso de abertura de concurso
 - b) Lista final de classificação
 - c) Provimento.
 - Integrar o processo formativo.

Compete:

- a) Dirigir a instrução ministrada no Corpo de Bombeiros
 - b) Elaborar e assegurar a execução do plano de instrução anual
 - c) Assegurar a direcção e execução dos cursos de ingresso na carreira de bombeiro
- Garantir o registo e controlo de todas as acções formativas no Recenseamento Nacional dos Bombeiros Portugueses

1.2.2. 2º Comandante

São competências do 2º. Comandante

Organizar, comandar e coordenar as actividades exercidas pelo respectivo corpo, incluindo, a nível operacional, a definição estratégica dos objectivos e das missões a desempenhar.

Coadjuvar o Comandante, substituindo-o nas suas ausência e impedimentos.

São deveres especiais:

- a) Garantir a unidade do corpo de bombeiros
- b) Velar e garantir a prontidão operacional
- c) Assegurar a articulação operacional permanente com as estruturas de comando operacionais de nível distrital
- d) Assegurar, nos termos da lei, a articulação com o respectivo serviço municipal de protecção civil
- e) Garantir a articulação operacional com os corpos de bombeiros limítrofes
- f) Zelar pela segurança e saúde dos bombeiros
- g) Planear e desenvolver as actividades formativas e operacionais
- h) Planear e desenvolver as actividades formativas e operacionais
- i) Elaborar as normas internas necessárias ao bom funcionamento do corpo de bombeiros, bem como as Estatísticas operacionais
- j) Garantir a articulação, com correcção e eficiência, entre o corpo de bombeiros e a respectiva entidade detentora, com respeito pelo regime jurídico do corpo de bombeiros e pelos fins da mesma entidade.

- A aplicação de penas de advertência e de repreensão escrita, a todos que lhe estejam subordinados.

-
- Instaurar ou mandar instaurar processo disciplinar contra os respectivos subordinados, ainda que nele não tenha sido delegada competência de punir.
 - Coadjuvar o Comandante e superintender a actividade do Núcleo de Apoio e Estado-Maior.
 - A avaliação, na ausência ou impedimento do superior hierárquico da unidade orgânica onde o avaliado se insere

1.2.3. Adjunto de Comando

São competências do Adjunto de Comando:

Organizar, comandar e coordenar as actividades exercidas pelo respectivo corpo, incluindo, a nível operacional, a definição estratégica dos objectivos e das missões a desempenhar.

São deveres especiais:

- a) Garantir a unidade do corpo de bombeiros
- b) Velar e garantir a prontidão operacional
- c) Assegurar a articulação operacional permanente com as estruturas de comando operacionais de nível distrital
- d) Assegurar, nos termos da lei, a articulação com o respectivo serviço municipal de protecção civil;
- e) Garantir a articulação operacional com os corpos de bombeiros limítrofes;
- f) Zelar pela segurança e saúde dos bombeiros;
- g) Planear e desenvolver as actividades formativas e operacionais;
- h) Elaborar as normas internas necessárias ao bom funcionamento do corpo de bombeiros, bem como as Estatísticas operacionais;
- i) Garantir a articulação, com correcção e eficiência, entre o corpo de bombeiros e a respectiva entidade detentora, com respeito pelo regime jurídico do

Corpo de bombeiros e pelos fins da mesma entidade.

- A aplicação de penas de advertência e de repreensão escrita, a todos que lhe estejam subordinados.
- Instaurar ou mandar instaurar processo disciplinar contra os respectivos subordinados, ainda que nele não tenha sido delegada competência de punir.
- Apoiar o Comandante e 2º. Comandante, bem como superintender a actividade da estrutura operacional, nas áreas atribuídas pelo Comandante.
- A avaliação, na ausência ou impedimento do superior hierárquico da unidade orgânica onde o avaliado se insere.

1.3. Estrutura Operacional

É um Corpo de Bombeiros Voluntários e tem as seguintes características:

- a) Pertence a uma associação humanitária de bombeiros;
- b) É constituído por bombeiros em regime de voluntariado;
- c) Pode dispor de uma unidade profissional mínima, a definir pelo regulamento da ANPC.

A estrutura operacional do Corpo de Bombeiros compreende as seguintes unidades:

1.3.1. Companhia

1 Companhia

A Companhia é a unidade operacional do Corpo de Bombeiros, que integra três secções e tem um comandante de companhia, coadjuvado por um adjunto;

A cada companhia compete o desempenho das actividades operacionais e de intervenção no âmbito da missão cometida ao Corpo de Bombeiros

O comandante de companhia e o adjunto são detentores da categoria de oficial bombeiro de 1ª. e 2ª.

1.3.2. Secção

3 Secções

A Secção é a unidade operacional da Companhia que integra duas brigadas e o chefe de secção.

À secção compete o desempenho das actividades operacionais e de intervenção no âmbito das atribuições cometidas à Companhia.

O Chefe de secção é detentor da categoria de Chefe.

1.3.3. Brigada

6 Brigadas

A Brigada é a unidade operacional da Secção que integra 2 equipas e o chefe de brigada

À Brigada compete o desempenho das actividades operacionais e de intervenção no âmbito das atribuições cometidas à Secção.

O Chefe de Brigada é detentor da categoria de Subchefe.

1.3.4. Equipa

12 Equipas

A Equipa é a unidade operacional da Brigada que integra cinco ou seis bombeiros, um dos quais desempenha as funções de chefe de equipa.

1.4. Núcleo de Apoio e Estado-Maior

O Núcleo de Apoio e Estado-Maior é a unidade orgânica de estado-maior e de apoio logístico e administrativo ao Comando do Corpo de Bombeiros.

O Núcleo de apoio e estado-maior deve compreender as seguintes áreas:

- a) Planeamento, Operações e Informações
- b) Pessoal e Instrução

-
- c) Logística e Meios Especiais
 - d) Comunicações

O Núcleo de Apoio e Estado-Maior é chefiado por um Oficial Bombeiro, sem prejuízo das funções cometidas no âmbito operacional.

Área do planeamento, Operações e Informações

Inclui as seguintes actividades:

- a) Assegurar o funcionamento permanente das operações do Corpo de Bombeiros
- b) Garantir, na área de intervenção do Corpo de Bombeiros, a monitorização da situação, a resposta às ocorrências e o empenhamento de meios e recursos, garantindo o registo cronológico dos alertas e emergências
- c) Elaborar e manter actualizadas as normas, planos e ordens de operações
- d) Elaborar os estudos e propostas de âmbito operacional
- e) Garantir a articulação com os Comandos Operacionais Distritais e Municipais

A área de Planeamento, Operações e Informações é coordenada por um Oficial Bombeiro, sem prejuízo das funções cometidas no âmbito operacional.

Área de Pessoal e Instrução

Inclui as seguintes actividades:

- a) Assegurar a elaboração dos manuais e planos de instrução do Corpo de Bombeiros
- b) Garantir os registos do pessoal do Corpo de Bombeiros no Recenseamento Nacional dos Bombeiros Portugueses, nos termos previstos na Lei

-
- c) Assegurar a execução dos programas e acções de formação aprovados
 - d) Garantir a gestão e manutenção dos processos individuais dos bombeiros
 - e) Elaborar a ordem de serviços do Corpo de Bombeiros
 - f) Planear e garantir a correcta aplicação do sistema de avaliação dos bombeiros

A área de Pessoal e Instrução é coordenada por um Oficial Bombeiro, sem prejuízo das funções cometidas no âmbito operacional.

Área de Logística e Meios Especiais

Inclui as seguintes actividades:

- a) Assegurar o levantamento de meios e recursos do Corpo de Bombeiros, bem como a respectiva gestão e manutenção
- b) Estudar e assegurar o planeamento e apoio logístico em situação de emergência
- c) Assegurar a gestão dos meios e recursos do Corpo de Bombeiros, em conformidade com as normas técnicas definidas
- d) Garantir a articulação e apoio aos meios e forças especiais, nas situações previstas nos planos e ordens de operações, nacionais, distritais ou municipais.

A área de Logística e Meios Especiais é coordenada por um Oficial Bombeiro, sem prejuízo das funções cometidas no âmbito operacional.

Área de Comunicações

Inclui as seguintes actividades:

- a) Organizar as telecomunicações do Corpo de Bombeiros e assegurar o seu funcionamento
- b) Articular com os serviços competentes as matérias relativas à rede de comunicações e informática do Corpo de Bombeiros;

A área de Comunicações é coordenada por um Oficial Bombeiro, sem prejuízo das funções cometidas no âmbito Operacional.

CAPÍTULO III

Normas Internas do Corpo de Bombeiros

1. Normas de Funcionamento

Graduado de serviço

O graduado de serviço é o elemento que garante a continuidade da cadeia de comando do Corpo de Bombeiros, assegurando-se do bom funcionamento do mesmo, verifica o cumprimento das normas, ordens e

regulamentos em vigor, garantindo a disciplina e o cumprimento das normas de segurança no quartel e nas operações de socorro.

Compete ao graduado de serviço

- a) Inteirar-se de todas as actividades a decorrer no Quartel e fora dele, assumindo a partir daí o domínio completo de todas as situações.
- b) Cumprir e fazer cumprir as Normas, Ordens e Regulamentos;
- c) Informar o Comando de todas as situações de excepção que venham a decorrer durante o serviço;
- d) Praticar os actos necessários ao perfeito funcionamento e à eficácia das actividades do Corpo de Bombeiros;
- e) Garantir que todos os elementos de serviço estão devidamente fardados;
- f) Garantir o rápido e correcto despacho de meios para as operações de socorro;
- g) Assumir o 1º COS (Comandante de Operações de Socorro);
- h) Preencher correctamente o relatório de piquete e relatórios de ocorrência e assinar os mesmos, bem como demais documentos da sua competência;
- i) Procurar criar um ambiente saudável entre os elementos escalados sendo receptivo a propostas que contribuam para o enriquecimento de conhecimentos, os quais, consequentemente, são motivadores para todos os envolvidos;
- j) Zelar pelo bom estado de conservação e limpeza das instalações e o cumprimento de horários;
- k) Procurar que os elementos escalados, ao recolherem á camarata, o façam com menor ruído possível, de forma a não perturbar aqueles que já se encontram em descanso.

Piquetes de serviço nocturno

- a) As escalas de serviço são de cumprimento obrigatório

-
- b) Os serviços de piquete nocturno são cumpridos com uniforme nº 3, devendo o graduado assegurar-se que os Bombeiros que estão de serviço se encontram devidamente fardados e ataviados;
 - c) Os serviços de piquete nocturno são efectuados no período compreendido entre as 21h00 e as 08h00;
 - d) Todos os elementos, incluindo o graduado, que por razão justificadas não possam entrar ao serviço no horário definido, deverão comunicar antecipadamente à central o seu impedimento, informando a hora a que irão estar disponíveis;
 - e) Na ausência do graduado escalado, assumirá a chefia do piquete o elemento mais graduado escalado, recaindo sobre este as obrigações e responsabilidades inerentes ao graduado de serviço;
 - f) Os elementos escalados deverão estar devidamente identificados com braçadeira (vermelha chefe, amarela restantes elementos).
 - g) Durante o serviço os elementos escalados não poderão ingerir bebidas alcoólicas.
 - h) Em casos devidamente justificados, e com autorização prévia do Comando, são autorizadas as trocas de serviço, devendo as mesmas ser solicitadas em impresso próprio para o efeito. Estas trocas de serviço devem ser apresentadas com a maior antecedência possível, e, de preferência serem feitas entre bombeiros com a mesma graduação.
 - i) A hora de silêncio nas instalações será pelas 24h00.

Piquetes de serviço diurno

- a) As escalas de serviço são de cumprimento obrigatório
- b) Os serviços de piquete diurno são cumpridos com uniforme nº 3, devendo o graduado assegurar-se que os Bombeiros que estão de serviço se encontram devidamente fardados e ataviados;
- c) Os serviços de piquete diurno são efectuados no período compreendido entre as 09h00 e as 21h00;
- d) Todos os elementos, incluindo o graduado, que por razões justificadas não possam entrar ao serviço no horário definido, deverão comunicar

antecipadamente à central o seu impedimento, informando a hora a que irão estar disponíveis;

- e) Na ausência do graduado escalado, assumirá a chefia do piquete o elemento mais graduado escalado, recaindo sobre este as obrigações e responsabilidades inerentes ao graduado de serviço;
- f) Os elementos escalados deverão estar devidamente identificados com braçadeira (vermelha chefe, amarela restantes elementos).
- g) Durante o serviço os elementos escalados não poderão ingerir bebidas alcoólicas.
- j) Em casos devidamente justificados, e com autorização prévia do Comando, são autorizadas as trocas de serviço, devendo as mesmas serem solicitadas em impresso próprio para o efeito. Estas trocas de serviço devem ser solicitadas com a maior antecedência possível, e, de preferência serem feitas entre bombeiros com a mesma graduação.

Operador de Central

A presente norma estabelece os procedimentos e funções de carácter obrigatório dos Operadores de Central.

Compete ao Operador de Central

- a) Receber, gerir e informar o graduado de serviço de todas as chamadas de socorro;
- b) Receber e tratar as informações de acordo com a sua classificação e gravidade;
- c) Despachar os meios de socorro conforme o estipulado no plano prévio de intervenção para cada tipo de ocorrência;
- d) Manter o CDOS informado das operações de socorro em curso;

-
- e) Manter actualizado ao minuto o registo de chamadas de socorro no sistema informático;
 - f) Colocar à disposição do graduado de serviço, no início de cada serviço de piquete, os impressos que o mesmo terá que preencher;
 - g) Manter actualizado o registo de chamadas não urgentes;
 - h) Colaborar com o graduado de serviço no preenchimento dos relatórios de ocorrência;
 - i) Informar os elementos de comando via mensagem ou telefone das ocorrências que para tal foram definidas, ou, sempre que a situação o justifique;
 - j) Informar as autoridades em caso de incêndio, agressão, abertura de portas e outros que se justifique;
 - k) Apoiar os postos de comando;
 - l) Zelar pela limpeza e arrumação da central;
 - m) Zelar pela arrumação e encaminhamento da documentação;
 - n) Providenciar a manutenção de impressos e livros necessários ao funcionamento da central e dos veículos;
 - o) Garantir o bom funcionamento dos rádios fixos e portáteis;
 - p) Impedir a permanência na central de pessoal não autorizado;
 - q) Preencher o relatório diário de Operador de Central no final de cada turno;
 - r) O operador de central é o primeiro responsável pelo atendimento ao público sendo obrigatório o uso de toda a boa educação e simpatia no atendimento das suas necessidades.

2. Normas relativas ao Recrutamento, Instrução e Gestão do Pessoal

2.1 Instrução e Gestão do Pessoal

A instrução do pessoal do Corpo de Bombeiros é ministrada sob direcção do comandante e de acordo com programa previamente estabelecido e aprovado pela ANPC, ouvido o Conselho Nacional de Bombeiros, dividindo-se nas seguintes modalidades:

-
- a) Instrução inicial, destinada a habilitar os cadetes e estagiários para o ingresso na carreira de bombeiro
 - b) Instrução inicial, destinada a habilitar os estagiários para o ingresso na carreira de oficial bombeiro;
 - c) Instrução de acesso, destinada a todos os elementos das carreiras de oficial bombeiro e bombeiro, necessária à progressão na respectiva carreira;
 - d) Instrução contínua, que visa o treino e o saber fazer, através do aperfeiçoamento permanente do pessoal do corpo de bombeiros.

O comandante elabora, até ao final de cada ano, um plano de instrução que estabelece as actividades mínimas a desenvolver no ano seguinte, pelo seu corpo de bombeiros, do qual dá conhecimento à entidade detentora e submete a aprovação da ANPC.

Compete à ANPC criar e manter o Recenseamento Nacional dos Bombeiros do Corpo de Bombeiros.

Cartão de Identidade

Compete à Direcção Nacional de Bombeiros assegurar a emissão do cartão de identificação de bombeiro, a partir do Recenseamento Nacional de Bombeiros Portugueses.

O cartão de identificação do Bombeiro apenas pode ser usado em razão de serviço e nas situações previstas na lei, constituindo ilícito o seu uso indevido.

Processo individual

Compete à entidade detentora do Corpo de Bombeiros, assegurar a organização dos processos individuais dos respectivos bombeiros,

incluindo as operações de recolha, registo e tratamento dos documentos, bem como as inerentes ao arquivo e manutenção dos processos;

Compete ainda à entidade detentora do Corpo de Bombeiros:

A responsabilidade pela protecção dos dados pessoais incluídos nos processos individuais;

Definir e colocar em prática as garantias necessárias para impedir a consulta, a modificação, a supressão, o aditamento, a destruição ou a comunicação de dados e documentos que integram os processos individuais, sem as devidas autorizações.

Os processos individuais são conservados enquanto existir vínculo aos quadros de comando, activo, de reserva ou de honra, e até dez anos após a cessação daquele, após o qual só podem ser conservados em arquivo histórico.

Faltas para exercício de actividade operacional

- a) Os bombeiros voluntários dos quadros de comando e activo podem faltar ao trabalho para o cumprimento de missões atribuídas aos Corpos de Bombeiros a que pertençam, incluindo a frequência de acções de formação, sem perda de remuneração ou quaisquer outros direitos e regalias, desde que o número de faltas não exceda, em média, três dias por mês.
- b) A falta referida no número anterior é precedida de comunicação escrita e fundamentada do próprio, confirmada pelo comandante do corpo de bombeiros, podendo a comunicação ser feita verbalmente em caso de

extrema urgência, caso em que é posteriormente confirmada por escrito pelo comandante, no prazo de três dias.

- c) A entidade patronal só pode opor-se à falta do seu colaborador, nos termos dos números anteriores, em caso de manifesto e grave prejuízo para a empresa, em função de circunstâncias excepcionais e inopinadas, devidamente fundamentadas.
- d) Para efeitos da frequência de cursos de formação na Escola Nacional de Bombeiros, os bombeiros voluntários têm a faculdade de faltar ao trabalho, sem perda de direitos, até ao máximo de 15 dias por ano, sendo as respectivas entidades patronais compensadas dos salários pagos pelos dias de trabalho perdidos.
- e) As faltas ao serviço dos bombeiros voluntários que ocorram nos termos dos n.ºs 1, 2 e 4 consideram-se justificadas.
- f) A Autoridade Nacional de Protecção Civil, quando proceda à requisição de bombeiros voluntários, compensa estes dos salários e outras remunerações perdidos.

Licenças

Aos bombeiros podem ser concedidas licenças, no âmbito da actividade do Corpo de Bombeiros, nomeadamente por motivo de férias, doença e maternidade.

As licenças têm a duração máxima de um ano.

Tem competência para conceder licenças:

- a) A entidade detentora do corpo de bombeiros, quando se trate de licenças requeridas pelo comandante do corpo de bombeiros, devendo comunicar

o facto à Autoridade Nacional de Protecção Civil e à câmara municipal respectiva;

b) O comandante do corpo de bombeiros, nos restantes casos.

Serviço em situação de emergência

Os bombeiros profissionais que integram corpos mistos e voluntários podem desempenhar funções, no mesmo corpo de bombeiros e como trabalho voluntário, para além das horas normais de trabalho, desde que essas funções se desenvolvam em situações consideradas de emergência.

Mobilidade

Aos bombeiros voluntários do quadro activo é permitida a transferência entre corpos de bombeiros, a requerimento do interessado, desde que satisfeitas as seguintes condições:

- a) Existência de vaga no quadro do corpo de destino
- b) Autorização pela Autoridade Nacional de Protecção Civil, ouvidos os comandantes dos corpos de bombeiros de origem e de destino;
- c) O pedido não ser feito por motivo disciplinar

O bombeiro transferido mantém a carreira, a categoria e os demais direitos adquiridos.

Residência obrigatória

Os elementos do quadro de comando têm residência dentro da área do concelho do respectivo corpo de bombeiros ou concelhos limítrofes.

A Autoridade Nacional de Protecção Civil pode autorizar os elementos dos quadros de comando dos corpos de bombeiros voluntários a residirem fora da área dos concelhos previstos no número anterior desde que a facilidade de comunicações permita rápida deslocação e o comando operacional possa ser efectivo e permanentemente exercido por um elemento do comando.

Impedimentos

- a) O exercício de funções num corpo de bombeiros impede o exercício, em simultâneo, de funções noutra corpo de bombeiros ou em qualquer outra organização pública ou privada cuja actividade colida com os fins e interesses da entidade detentora do corpo de bombeiros, nomeadamente nos domínios do socorro, do transporte de doentes e da prevenção e segurança contra riscos de incêndio.
- b) Os elementos do quadro de comando e do quadro activo estão impedidos de exercer funções de presidência dos órgãos sociais da respectiva Associação Humanitária de bombeiros.
- c) Nos Corpos de Bombeiros que sejam detidos por Associações Humanitárias é vedado o exercício de funções nas estruturas de comando a elementos que detenham empresas comerciais, industriais ou de serviços com quem o corpo de bombeiros ou a entidade sua detentora mantenham relação contratual relacionada com a actividade operacional do mesmo corpo.
- d) No exercício das suas funções, os elementos dos Corpos de Bombeiros não podem tomar parte em actos comerciais ou de outra natureza que ofendam a ética e deontologia ou ponham em causa a imagem e o bom nome dos bombeiros.

Estrutura de comando

O provimento da estrutura de comando dos Corpos de Bombeiros Voluntários ou Mistos não pertencentes ao município é feito por nomeação de entre indivíduos com idades compreendidas entre os 25 e os 60 anos, nos termos seguintes:

- a) O comandante é nomeado pela entidade detentora do Corpo de Bombeiros, preferencialmente de entre os oficiais bombeiros ou, na sua falta ou por razões devidamente fundamentadas, de entre bombeiros da categoria mais elevada, habilitados com o 12.o ano ou equivalente com, pelo menos, cinco anos de actividade nos quadros do corpo de bombeiros
- b) O 2.o comandante e o adjunto de comando são nomeados pela entidade detentora, sob proposta do comandante, de entre os oficiais bombeiros ou, na sua falta ou por razões devidamente fundamentadas, de entre bombeiros da categoria mais elevada ou de entre outros elementos que integram o respectivo quadro activo, habilitados com o 12.o ano ou equivalente com, pelo menos, cinco anos de actividade;
- c) Podem ainda ser nomeados para a estrutura de comando indivíduos de reconhecido mérito no desempenho de anteriores funções de liderança ou de comando;
- d) As nomeações previstas nas alíneas anteriores estão sujeitas a homologação pela Autoridade Nacional de Protecção Civil.

O limite máximo de idade para a permanência no quadro de comando é de 65 anos.

A nomeação dos elementos da estrutura de comando não pertencentes à carreira de oficial bombeiro deve ser precedida de avaliação destinada

a aferir as capacidades físicas e psicotécnicas dos candidatos, bem como a aprovação em curso de formação, nos termos de regulamento da Autoridade Nacional de Protecção Civil.

As nomeações para os cargos a exercer na estrutura de comando são feitas pelo período de cinco anos, renováveis por iguais períodos.

A nomeação para exercício de funções na estrutura de comando dos corpos de bombeiros voluntários ou mistos detidos por uma associação humanitária de bombeiros considera-se automaticamente renovada, excepto se a entidade detentora do corpo de bombeiros notificar por escrito, com a antecedência mínima de 30 dias, a decisão devidamente fundamentada de não renovar a comissão.

Da decisão a que se refere o número anterior cabe recurso para a comissão arbitral prevista no artigo seguinte.

O titular de cargo de comando em corpo de bombeiros voluntário ou misto que pertença ao quadro activo de um corpo de bombeiros e cuja comissão não seja renovada é integrado na categoria mais elevada da carreira de oficial bombeiro na condição de supranumerário, podendo, em alternativa, passar ao quadro de reserva ou ao quadro de honra se estiverem verificados os respectivos pressupostos.

Carreira de oficial bombeiro

A carreira de oficial bombeiro é composta pelas seguintes categorias:

- a) Oficial bombeiro superior;
- b) Oficial bombeiro principal;
- c) Oficial bombeiro de 1.ª;
- d) Oficial bombeiro de 2.ª;
- e) Estagiário.

Nos Corpos de Bombeiros não pertencentes ao município, o desenvolvimento da carreira de oficial bombeiro bem como a definição dos conteúdos programáticos dos cursos de ingresso e promoção fazem-se nos termos de regulamento da Autoridade Nacional de Protecção Civil, ouvida a Escola Nacional de Bombeiros e o Conselho Nacional de Bombeiros, homologado pelo Ministro da Administração Interna, e em obediência ao disposto nos números seguintes.

O ingresso na carreira de oficial bombeiro é feito na categoria de oficial bombeiro de 2.ª, após aproveitamento em estágio, devendo os candidatos estar habilitados com bacharelato ou licenciatura adequados.

O acesso às categorias da carreira de oficial bombeiro faz-se de entre candidatos com, pelos menos, três anos de serviço, com a classificação de Muito bom ou de cinco anos de serviço com a classificação de Bom na categoria anterior.

O provimento nas categorias de oficial bombeiro é da competência do comandante do corpo de bombeiros e sujeito a confirmação pela Autoridade Nacional de Protecção Civil.

Funções

1 - Ao oficial bombeiro incumbem funções de comando, chefia técnica superior, estado -maior e execução, nos termos definidos nos números seguintes.

2 - Ao oficial bombeiro superior compete o desempenho dos cargos da estrutura de comando do corpo de bombeiros e, designadamente:

- a) Comandar operações de socorro;
- b) Chefiar departamentos e áreas de formação, prevenção, logística e apoio administrativo;
- c) Exercer funções de estado -maior;
- d) Ministras acções de formação técnica;
- e) Instruir processos disciplinares.

3 - Ao oficial bombeiro principal compete o desempenho dos cargos da estrutura de comando do corpo de bombeiros e, designadamente:

- a) Comandar operações de socorro que envolvam, no máximo, duas companhias ou equivalente;
- b) Chefiar departamentos e áreas de formação, prevenção, logística e apoio administrativo;
- c) Exercer funções de estado -maior;
- d) Ministras acções de formação técnica;
- e) Instruir processos disciplinares.

4 - Ao oficial bombeiro de 1ª compete o desempenho dos cargos da estrutura de comando do Corpo de Bombeiros e, designadamente:

- a) Comandar operações de socorro que envolvam, no máximo, uma companhia ou equivalente;
- b) Chefiar actividades nas áreas de formação, prevenção, logística e apoio administrativo;
- c) Exercer funções de estado -maior;
- d) Ministras acções de formação técnica;
- e) Instruir processos disciplinares;
- f) Participar em actividades de âmbito logístico e administrativo.

5 - Ao oficial bombeiro de 2ª compete o desempenho dos cargos da estrutura de comando do corpo de bombeiros e, designadamente:

- a) Comandar operações de socorro que envolvam, no máximo, dois grupos ou equivalente;
- b) Exercer as funções de chefe de quartel em secções destacadas;
- c) Chefiar acções de prevenção;
- d) Executar funções de estado -maior;
- e) Ministras acções de formação inicial;
- f) Instruir processos disciplinares;
- g) Participar em actividades de âmbito logístico e administrativo.

6 - Ao estagiário cumpre frequentar com aproveitamento o estágio de ingresso na carreira de oficial bombeiro.

Carreira de bombeiro

A carreira de bombeiro é composta pelas seguintes categorias:

- a) Chefe;
- b) Subchefe;
- c) Bombeiro de 1.a;
- d) Bombeiro de 2.a;

-
- e) Bombeiro de 3.ª;
 - f) Estagiário.

A carreira de bombeiro voluntário desenvolve-se nos termos de regulamento a elaborar pela Autoridade Nacional de Protecção Civil, ouvida a Liga dos Bombeiros Portugueses, homologado pelo Ministro da Administração Interna, e em obediência ao disposto nos números seguintes.

O ingresso na carreira de bombeiro voluntário é feito na categoria de bombeiro de 3.ª classe de entre indivíduos com idades compreendidas entre os 18 e os 35 anos, após aproveitamento em estágio.

O acesso às restantes categorias da carreira de bombeiro voluntário faz-se mediante concurso com prestação de provas, de entre candidatos que possuam pelo menos três anos de serviço com a classificação de Muito bom ou cinco anos com a classificação de Bom na categoria anterior.

As vagas de ingresso e de acesso na carreira de bombeiro Voluntário são preenchidas respectivamente pela ordem de classificação obtida pelos candidatos na formação inicial ou no concurso, a qual é válida para as vagas abertas no prazo de dois anos.

O provimento nas categorias da carreira de bombeiro é da competência do comandante do corpo de bombeiros.

O limite de idade de permanência na carreira de bombeiro voluntário é de 65 anos.

A Autoridade Nacional de Protecção Civil, ouvido o Conselho Nacional de Bombeiros, define os conteúdos programáticos dos cursos de ingresso e de promoção.

Funções

1 - Ao bombeiro voluntário incumbem funções de chefia intermédia e execução, de carácter operacional, técnico, administrativo, logístico e de instrução, nos termos definidos nos números seguintes.

2 - Ao chefe e subchefe compete, designadamente:

- a) Chefiar, coordenar e integrar actividades operacionais, administrativas e logísticas do corpo de bombeiros;
- b) Ministras formação e instrução.

3 - Ao chefe compete ainda comandar operações de socorro que envolvam, no máximo, um grupo ou equivalente.

4 - Ao subchefe compete ainda comandar operações de socorro que envolvam, no máximo, uma brigada ou equivalente.

5 - Aos bombeiros de 1ª, 2ª e 3ª, compete, designadamente, executar actividades de âmbito operacional, administrativo e logístico do corpo de bombeiros.

6 - Ao bombeiro de 1ª compete ainda comandar operações de socorro que envolvam, no máximo, uma equipa ou equivalente.

7 - Ao estagiário cumpre frequentar com aproveitamento o estágio de ingresso na carreira de bombeiro.

Avaliação

Os bombeiros do quadro activo são sujeitos a avaliação periódica do seu desempenho, com relevo para a progressão na carreira.

A avaliação deve privilegiar o mérito e o cumprimento dos objectivos previamente fixados, distinguindo os elementos mais competentes.

O sistema de avaliação dos bombeiros voluntários consta de regulamento elaborado pela Autoridade Nacional de Protecção Civil, ouvido o Conselho Nacional de Bombeiros, a homologar pelo membro do Governo responsável pela administração interna.

Regime disciplinar

À Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Sever do Vouga aplica-se regulamento disciplinar próprio, aprovado por portaria do Ministro da Administração Interna, salvaguardado o disposto nos artigos seguintes.

Responsabilidade disciplinar

O pessoal a que se refere o artigo 1.º é disciplinarmente responsável perante os seus superiores hierárquicos pelas infracções que cometa.

Os comandantes dos corpos de bombeiros são disciplinarmente responsáveis perante o comandante operacional distrital.

Infracção disciplinar

Considera -se infracção disciplinar o facto, ainda que meramente culposos, praticado pelo bombeiro voluntário com violação de algum dos deveres gerais ou especiais decorrentes da função que exerce.

Os bombeiros voluntários, no exercício das suas funções, estão exclusivamente ao serviço do interesse público, de acordo com os fins prosseguidos pela entidade detentora que cria e mantém o corpo de bombeiros.

Constitui ainda infracção a violação dos deveres gerais previstos no Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central Regional e Local.

Prescrição do procedimento disciplinar

O direito de instaurar procedimento disciplinar prescreve decorridos três anos sobre a data em que a falta tenha sido cometida.

Prescreverá igualmente se, conhecida a falta pelo comandante do corpo de bombeiros, não for instaurado o competente procedimento disciplinar no prazo de três meses.

Se antes do decurso do prazo referido, alguns actos instrutórios com efectiva incidência na marcha do processo tiverem lugar a respeito da infracção, a prescrição conta -se desde o dia em que tiver sido praticado último acto.

Interrompem, nomeadamente, o prazo prescricional a instauração do processo de sindicância ou mero processo de averiguações e ainda a instauração de processo de inquérito e disciplinar, mesmo que não tenham sido dirigidos contra o bombeiro voluntário a quem a prescrição aproveita, mas dos quais venham a apurar -se faltas de que seja responsável.

Sujeição ao poder disciplinar

Os bombeiros voluntários ficam sujeitos ao poder disciplinar desde a data de admissão.

A exoneração ou mudança da situação não impedem a punição por infracções cometidas no exercício de funções.

Factos passíveis de serem considerados infracção penal

Quando os factos forem passíveis de ser considerados infracção penal, qualquer dos superiores hierárquicos do presumível infractor dá, de imediato, conhecimento dos mesmos ao agente do Ministério Público que for competente para promover o correspondente procedimento criminal, nos termos da respectiva lei processual.

Exclusão da responsabilidade disciplinar

Sempre que o bombeiro voluntário actue no cumprimento de ordens ou instruções dadas por legítimo superior hierárquico e em matéria de serviço, se delas tiver previamente reclamado ou se tiver exigido a sua transmissão ou confirmação por escrito, fica afastada a sua responsabilidade disciplinar.

Escala das penas

Aos bombeiros voluntários podem ser aplicadas as seguintes penas:

- a) Advertência;
- b) Repreensão escrita;
- c) Suspensão de 10 até 180 dias;
- d) Demissão,

A aplicação das penas disciplinares previstas nas alíneas *b)* a *d)* é publicada em *Ordem de Serviço*, registada no Recenseamento Nacional dos Bombeiros Portugueses e no processo individual do arguido e comunicada à entidade detentora do corpo de bombeiros e à Autoridade Nacional de Protecção Civil, no prazo de 10 dias úteis.

À excepção da pena de advertência, as demais penas previstas no presente artigo não se aplicam aos estagiários das carreiras de bombeiro voluntário e de oficial bombeiro, salvo se aquela lhes vier a ser aplicada por mais que uma vez durante a realização do estágio, caso em que poderá considerar -se existir fundamento bastante para a exclusão do estagiário e para a sua não readmissão pelo período de um ano.

Caracterização das penas

A pena de advertência consiste numa mera admoestação verbal.

A pena de repreensão escrita consiste em mero reparo pela irregularidade praticada.

A pena de suspensão consiste no afastamento completo e temporário do arguido do corpo de bombeiros, designadamente na proibição de entrada no quartel durante todo o período do cumprimento da pena, salvo convocação do comandante.

A pena de demissão consiste no afastamento definitivo do arguido, fazendo cessar o seu vínculo ao corpo de bombeiros.

Graduação das penas

Na aplicação das penas deve atender -se aos critérios gerais enunciados na Lei em vigor, à natureza do serviço, à categoria do bombeiro voluntário, à sua personalidade, ao grau de culpa e às circunstâncias concretas em que a infracção tiver sido cometida e que militem contra ou a favor do arguido.

Subsidiariamente, com as necessárias adaptações, à graduação das penas de advertência, repreensão escrita e demissão são aplicáveis ainda os estatutos inerentes do Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local respectivamente.

Efeitos das penas

A pena de suspensão determina, pelo período que durar o seu cumprimento, o não exercício do cargo ou função, a proibição do uso do uniforme e de entrada na área operacional do quartel, salvo convocação do comandante, bem como a perda da contagem do tempo de serviço.

Unidade e acumulação de infracções

Não pode aplicar -se ao mesmo bombeiro voluntário mais de uma pena disciplinar por cada infracção ou pelas infracções acumuladas que sejam apreciadas num só processo.

O disposto no número anterior é de observar mesmo no caso de infracções apreciadas em mais de um processo, quando apensa nos termos do Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local.

Competência disciplinar

São competentes para instaurar ou mandar instaurar processo disciplinar contra os respectivos subordinados todos os superiores hierárquicos, ainda que neles não tenha sido delegada competência de punir.

A aplicação das penas de advertência e de repreensão escrita é da competência de todos os superiores hierárquicos em relação aos bombeiros voluntários que lhes estejam subordinados.

A aplicação das penas de suspensão e de demissão é da competência do comandante do corpo de bombeiros.

A aplicação de qualquer pena disciplinar ao comandante do corpo de bombeiros é da competência do comandante operacional distrital.

Advertência e repreensão

As penas de advertência e repreensão escrita são aplicáveis às faltas leves ao serviço.

Suspensão

A pena de suspensão é aplicável aos casos de negligência e má compreensão dos deveres funcionais.

É aplicável pena de suspensão de 10 a 60 dias nos casos em que o arguido, nomeadamente:

Desobedecer às ordens dos superiores hierárquicos, sem consequências importantes;

Não usar de correcção para com os superiores hierárquicos, subordinados, colegas ou para com o público em geral;

Demonstrar falta de zelo pelo serviço, tanto pelo desconhecimento das disposições legais e regulamentares como pelo cumprimento defeituoso das ordens dos seus superiores.

É aplicável pena de suspensão de 61 a 180 dias quando o arguido, nomeadamente:

- a) Agir com negligência grave e demonstrar grave desinteresse pelo cumprimento dos seus deveres funcionais;
- b) Comparecer ao serviço em estado de embriaguez ou sob o efeito de estupefacientes ou drogas equiparadas;
- c) Demonstrar falta de conhecimento de normas essenciais reguladoras do serviço;
- d) Dispensar tratamento de favor a determinada pessoa, empresa ou organização;
- e) Desobedecer de modo ostensivo e grave, ou na presença de público, às ordens superiores.

Demissão

A pena de demissão é aplicável, em geral, às infracções que inviabilizem a manutenção de uma relação funcional e é aplicável aos bombeiros voluntários que, nomeadamente:

- a) Agredirem, injuriarem ou desrespeitarem gravemente o superior hierárquico, colega ou terceiro, nos locais de serviço ou em público;

-
- b) Praticarem actos de grave insubordinação ou indisciplina, ou incitarem à sua prática;
 - c) No exercício das suas funções praticarem actos manifestamente ofensivos das instituições e princípios consagrados na Constituição da República Portuguesa;
 - d) Manifestarem comprovada incompetência ou falta de idoneidade moral para o exercício de funções;
 - e) Violarem segredo profissional ou cometerem inconfidências de que resultem prejuízos materiais e morais para o corpo de bombeiros, associação humanitária que o detém ou para terceiros.

Circunstâncias atenuantes especiais

Constituem circunstâncias atenuantes especiais da infracção disciplinar, nomeadamente, as seguintes:

- a) A prestação de mais de 10 anos de serviço, manifestado através de zelo e comportamento exemplares;
- b) A confissão espontânea da infracção;
- c) A prestação de serviços relevantes no corpo de bombeiros e a actuação pela causa, no âmbito das missões de socorro e emergência, de modo a honrar toda a classe;
- d) A provocação;
- e) O acatamento bem-intencionado de ordem de superior hierárquico, nos casos em que não fosse devida obediência.

Atenuação extraordinária

Quando existam circunstâncias atenuantes que diminuam substancialmente a culpa do arguido, a pena poderá ser especialmente atenuada, aplicando -se então a pena do escalão imediatamente inferior.

Circunstâncias agravantes especiais

Para os efeitos do presente artigo são circunstâncias agravantes especiais da infracção disciplinar:

- a) A vontade determinada de, pela conduta seguida, produzir resultados prejudiciais ao serviço público ou ao interesse geral da instituição ou do corpo de bombeiros, independentemente de estes se verificarem ou não;
- b) A produção efectiva de resultados prejudiciais ao serviço público ou ao interesse geral, nos casos em que o bombeiro voluntário pudesse prever essa consequência como efeito necessário da sua conduta;
- c) A premeditação;
- d) Conluio com outros indivíduos para a prática da infracção;
- e) O facto de ser cometida durante o cumprimento de pena disciplinar ou enquanto decorrer o período de suspensão de execução de qualquer pena;
- f) A reincidência;
- g) A acumulação de infracções.

A premeditação consiste na formação do desígnio, pelo menos, vinte e quatro horas antes da prática da infracção.

A reincidência dá -se quando a infracção é cometida antes de decorrido um ano sobre o dia em que tiver findado o cumprimento da pena imposta em virtude de infracção anterior.

A acumulação dá -se quando duas ou mais infracções são cometidas na mesma ocasião ou quando uma é cometida antes de ter sido punida a anterior.

Circunstâncias dirimentes

São circunstâncias dirimentes de responsabilidade disciplinar:

-
- a) A coacção física;
 - b) A privação accidental e involuntária do exercício das faculdades intelectuais nos momentos de prática do acto ilícito;
 - c) A legítima defesa, própria ou alheia;
 - d) A não exigibilidade de conduta diversa;
 - e) O exercício de um direito ou o cumprimento de um dever.

Suspensão da execução das penas

A execução da pena de suspensão pode ser suspensa, ponderados o grau de culpabilidade e o comportamento revelado pelo arguido, bem como as circunstâncias da infracção, por um período não inferior a um ano nem superior a três, contado desde a data da notificação ao arguido da respectiva decisão.

No que concerne à repreensão escrita, ponderadas as circunstâncias referidas no número anterior, poderá suspender-se o registo respectivo.

A suspensão da execução da pena caduca se o bombeiro voluntário vier a ser, no seu decurso, condenado novamente na sequência de processo disciplinar.

Prescrição das penas

As penas disciplinares prescrevem nos prazos seguintes, contados da data em que a decisão se tornou irrecorrível:

- a) Seis meses, para as penas de repreensão escrita;
- b) Um ano, para as penas de suspensão até 60 dias;
- c) Dois anos, para as penas de suspensão de 61 a 180 dias;
- d) Cinco anos, para as penas de demissão.

Obrigatoriedade de processo disciplinar

As penas de suspensão e demissão são sempre aplicadas em processo disciplinar.

As penas de advertência e repreensão escrita são aplicadas sem dependência de processo escrito, mas com audiência e defesa do arguido.

Organização do processo disciplinar

Quanto à forma de processo, forma das actas, natureza secreta do processo, obrigatoriedade de processo disciplinar, competência para a instrução, nulidades e admissão a concurso do arguido aplica-se o disposto no Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local, com excepção das referências às publicações no Diário da República que se consideram feitas à Ordem de Serviço do corpo de bombeiros e do comando distrital de operações de socorro, conforme o que for aplicável.

Nomeação de instrutor

Quando for determinada a instauração de processo disciplinar, a entidade competente nomeia instrutor de entre os bombeiros voluntários de categoria superior à do arguido, ou um bombeiro mais antigo do que este na mesma categoria, preferindo os que possuam adequada formação para o efeito.

Sem prejuízo do disposto no número anterior e caso não existam elementos bombeiros voluntários com os requisitos aí definidos, podem ser nomeados como instrutores bombeiros de outros corpos de bombeiros.

O instrutor pode escolher secretário da sua confiança, que indicará, para efeitos de nomeação, ao comandante que o nomeou, e pode ainda solicitar a colaboração de peritos.

Início e termo da instrução

A instrução do processo disciplinar inicia -se no prazo máximo de 10 dias, contados da data de notificação ao instrutor do despacho que o mandou instaurar, e ultima -se no prazo de 45 dias, só podendo ser excedido este prazo por despacho do comandante que o mandou instaurar, sob proposta fundamentada do instrutor, nos casos de excepcional complexidade.

O prazo de 45 dias referido no número anterior conta -se da data de início efectivo da instrução, determinada nos termos do número seguinte.

O instrutor informa o comandante que o nomeou, bem como o arguido e o participante, da data em que der início à instrução do processo.

Início de produção de efeitos das penas

As decisões que apliquem penas disciplinares carecem de publicação na Ordem de Serviço, começando a pena a produzir os seus efeitos legais no dia seguinte ao da notificação ao arguido ou, não podendo esta notificação ser levada a efeito, 15 dias após a publicação de aviso.

Recursos

Das decisões, em matéria disciplinar, não proferidas pelo comandante do corpo de bombeiros cabe recurso hierárquico para este, de cuja decisão não é admissível recurso gracioso.

Das decisões, em matéria disciplinar, proferidas pelo comandante do corpo de bombeiros cabe recurso hierárquico para o conselho disciplinar, de cuja decisão não é admissível recurso gracioso.

Das decisões, em matéria disciplinar, proferidas pelo Comandante Operacional Distrital, cabe recurso hierárquico facultativo para o presidente da Autoridade Nacional de Protecção Civil, no prazo previsto nos termos da lei do Código do Procedimento Administrativo.

O prazo para a interposição dos recursos referidos nos n.ºs 1 e 2 do presente artigo é de 15 dias úteis, contados a partir da data em que o arguido e o participante tenham sido notificados da decisão.

Das decisões proferidas nos termos dos números anteriores cabe recurso contencioso nos termos gerais.

Contagem dos prazos

À contagem dos prazos, salvo indicação em contrário, são aplicáveis as seguintes regras:

- a) Não se inclui na contagem o dia em que ocorrer o evento a partir do qual o prazo começa a correr;
- b) O prazo começa a correr independentemente de quaisquer formalidades, e corre continuamente, incluindo-se sábados, domingos e feriados;
- c) O termo do prazo que caia em dia em que os serviços administrativos estejam encerrados ou não funcionem durante o período normal transfere-se para o 1.º dia útil seguinte.

Na contagem do prazo para a apresentação da resposta à nota de culpa, excluem-se os sábados, domingos e feriados.

Aplicação subsidiária

Em tudo o que não estiver regulado no presente diploma, designadamente no que concerne aos processos especiais, são aplicáveis as disposições contidas

no Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local.

Controlo e fiscalização

Compete à Autoridade Nacional de Protecção Civil o controlo e fiscalização do cumprimento do estabelecido no presente Regulamento.

Plano de Uniformes, Insígnias e Identificações dos Bombeiros

Conforme Portaria Regulamentar da ANPC.

Regulamento de Ordem Unida

Conforme Portaria Regulamentar da ANPC.

Serviço operacional

Serviço operacional é a actividade operacional desenvolvida pelo bombeiro voluntário na execução das funções e tarefas cometidas no âmbito da missão do respectivo corpo de bombeiros.

Tipos de serviço operacional

A actividade operacional pode incluir os seguintes tipos de serviço operacional:

- a) Assistência, a actividade de transporte de doentes, respectivo apoio e acompanhamento;
- b) Formação e instrução, a actividade de formação e instrução, incluindo adquirir ou ministrar conhecimentos no âmbito da missão do corpo de bombeiros;

-
- c) Informação e sensibilização, a actividade de divulgação, informação e sensibilização das populações nas matérias de protecção civil e autoprotecção;
 - d) Manutenção, organização e controlo das instalações e sistemas operacionais do corpo de bombeiros, a actividade técnica e logística de apoio, sustentação e manutenção da operatividade das instalações, equipamentos e sistemas afectos à missão do corpo de bombeiros;
 - e) Prevenção e patrulhamento, a actividade de prevenção e controlo, com vista a atenuar, reduzir ou limitar a ocorrência de riscos;
 - f) Piquete, a actividade de prontidão integrando forças de reserva preparadas para ocorrer a situações de emergência;
 - g) Simulacro ou exercício, a actividade de treino e simulação de ocorrências, com vista a melhorar a proficiência dos bombeiros e a avaliar procedimentos e planos;
 - h) Socorro, a actividade de carácter de emergência, de socorro às populações, desenvolvida em caso de incêndios, inundações, desabamentos e, de um modo geral, em caso de acidentes, de socorro a náufragos, de buscas subaquáticas e de urgência pré -hospitalar;
 - i) Vistoria técnica, a actividade de verificação no âmbito da prevenção e segurança contra riscos de incêndio e outros sinistros.

Actividade e obrigações

1. Para efeitos de permanência na situação de actividade no quadro bem como para obtenção dos direitos, benefícios e regalias previstos no regime jurídico dos bombeiros portugueses, é obrigatória a prestação anual do tempo mínimo de duzentas e setenta e cinco horas de serviço operacional, sendo, no mínimo, cento e quarenta horas de socorro, simulacro ou piquete e setenta horas de formação e instrução.
2. Transitam para o quadro de reserva, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto –Lei n.º 247/2007, de 27 de Junho, os elementos do quadro activo que não tenham, durante o ano anterior,

efectuado o tempo mínimo de serviço operacional previsto no número anterior.

Registos

Compete ao comandante do corpo de bombeiros assegurar o registo tempestivo do serviço operacional no Recenseamento Nacional dos Bombeiros Portugueses, bem como a sua inclusão no processo individual dos bombeiros.

Regulamento do Sistema de Avaliação

Objecto e âmbito de aplicação

O presente regulamento define o sistema de avaliação de desempenho dos oficiais bombeiros e dos bombeiros voluntários, adiante abreviadamente designados bombeiros, do quadro activo dos corpos de bombeiros.

Estrutura do sistema de avaliação

Periodicidade e requisitos para avaliação

Periodicidade

O ciclo de avaliação do desempenho dos oficiais bombeiros e dos bombeiros voluntários é anual e o respectivo processo tem lugar nos meses de Janeiro a Março.

A avaliação reporta -se ao desempenho do ano civil anterior.

Requisitos para avaliação

-
1. No caso do avaliado que, no ano civil anterior, tenha desempenhado serviço operacional por um período inferior a seis meses, o desempenho relativo a esse período é objecto de avaliação conjunta com o do ano seguinte.
 2. No caso do avaliado que, no ano civil anterior, tenha desempenhado serviço operacional por, pelo menos, seis meses, o desempenho é avaliado nos termos do presente regulamento.
 3. O serviço operacional deve ser prestado em contacto funcional com o respectivo avaliador ou em situação que, apesar de não ter possibilitado o contacto directo em pelo menos, seis meses, permita, por decisão do comandante do corpo de bombeiros, a realização de avaliação.
 4. No caso previsto no n.º 2, se no decorrer do período de avaliação intervierem vários avaliadores, o que tiver competência para avaliar no momento da realização da avaliação deve recolher dos demais avaliadores os contributos escritos adequados a uma efectiva e justa avaliação.

Suprimento da avaliação

Para efeitos da carreira, quando a decisão prevista no n.º 3 do artigo anterior não permita a realização de avaliação, o comandante do corpo de bombeiros efectua o suprimento da avaliação através da ponderação do currículo do avaliado, em que são considerados, entre outros, os seguintes elementos:

- a) As habilitações académicas e profissionais;
- b) A experiência profissional e a valorização curricular;
- c) O exercício de cargos ou funções de reconhecido interesse público ou relevante interesse social.

A ponderação curricular é expressa através de uma valoração que respeite a escala de avaliação qualitativa e quantitativa.

Metodologia de avaliação

Componentes da avaliação

- a) A avaliação do desempenho incide sobre as seguintes componentes:
- b) “Resultados” obtidos na prossecução de objectivos individuais em articulação com as actividades do corpo de bombeiros;
- c) “Competências” que visam avaliar os conhecimentos, capacidades técnicas e comportamentais adequadas ao exercício das diferentes funções de bombeiro.

Resultados

A componente “Resultados” decorre da verificação do grau de cumprimento dos objectivos previamente definidos que devem ser redigidos de forma clara e rigorosa, de acordo com os principais resultados a obter, tendo em conta o plano de actividades do corpo de bombeiros, os meios disponíveis e o tempo de execução.

Os objectivos são, designadamente:

- a) De realização de actividades ou prestação de serviços, visando a eficácia da intervenção do corpo de bombeiros;
- b) De qualidade, orientada para a inovação e melhoria do funcionamento do corpo de bombeiros;
- c) De eficiência, no sentido da simplificação e racionalização de procedimentos internos do corpo de bombeiros;
- d) De aperfeiçoamento e desenvolvimento das competências individuais, técnicas e comportamentais do avaliado.
- e) Para cada avaliado são fixados anualmente no mínimo 3 e no máximo 5 objectivos.

-
- f) Para os resultados a obter por cada objectivo fixado, são estabelecidos indicadores de medida do desempenho.
 - g) O Director Nacional de Bombeiros da ANPC, ouvida a Liga de Bombeiros Portugueses, define e divulga a listagem orientadora dos objectivos e indicadores a fixar, tendo por referência os conteúdos funcionais, designadamente, dos quadros de comando e activo, carreiras e categorias.

Avaliação dos resultados atingidos

Em conformidade com os indicadores previamente estabelecidos e tendo presente a medição do grau de cumprimento de cada objectivo, a avaliação dos resultados obtidos em cada objectivo é expressa em três níveis:

- a) “Objectivo superado”, a que corresponde uma pontuação de 5
- b) “Objectivo cumprido”, a que corresponde uma pontuação de 3;
- c) “Objectivo não cumprido”, a que corresponde uma pontuação de 1.

A pontuação final a atribuir à componente “Resultados” é a média aritmética das pontuações atribuídas aos “Resultados” obtidos, em todos os objectivos.

Quando que se verifique a impossibilidade de prosseguir alguns dos objectivos fixados, devido a condicionantes não imputáveis aos intervenientes, e não tenha sido possível atribuir novos objectivos, a avaliação deve decorrer relativamente aos objectivos que não tenham sido prejudicados por aquelas condicionantes.

Competências

- a) A componente “Competências” assenta, no mínimo, em 3 e, no máximo, em 5 ou 6 competências previamente definidas para cada avaliado, de entre as listadas nas respectivas fichas de avaliação em anexo ao presente regulamento.

-
- b) As competências referidas no número anterior devem ser definidas mediante acordo entre avaliador e avaliado, prevalecendo a decisão do avaliador se não existir acordo.

Avaliação das competências

A avaliação de cada competência é expressa em três níveis:

- a) Competência excedida”, a que corresponde uma pontuação de 5;
- b) “Competência comprovada”, a que corresponde uma pontuação de 3;
- c) “Competência não comprovada”, a que corresponde uma pontuação de 1.

A pontuação final a atribuir à componente “Competências” é a média aritmética das pontuações atribuídas às competências escolhidas para cada avaliado.

Avaliação final

A avaliação final é o resultado da média ponderada das pontuações obtidas nas duas componentes de avaliação.

Para a componente “Resultados” é atribuída uma ponderação de 60 % e para a componente “Competências” uma ponderação de 40 %.

A avaliação final é expressa em referências qualitativas em função das pontuações finais em cada componente, nos seguintes termos:

- a) “Desempenho Muito Bom”, correspondendo a uma avaliação final de 4 a 5;
- b) “Desempenho Bom”, correspondendo a uma avaliação final de 2 a 3,9;
- c) “Desempenho Inadequado”, correspondendo a uma avaliação final de 1 a 1,9.

As pontuações finais das componentes e a avaliação final são expressas até às décimas.

Reconhecimento de excelência

A atribuição da referência qualitativa de “Desempenho Muito Bom” pode ser objecto de apreciação pelo órgão de administração da associação humanitária de bombeiros para efeitos de reconhecimento de mérito significando “Desempenho Excelente”, por proposta do comandante do corpo de bombeiros.

A proposta prevista no número anterior deve especificar os respectivos fundamentos e o impacto do desempenho, evidenciando os contributos relevantes para o serviço.

O reconhecimento do mérito previsto no n.º 1 é objecto de publicitação na ordem de serviço do respectivo comando distrital de operações de socorro.

Efeitos da avaliação

Efeitos

A avaliação do desempenho tem, designadamente, os seguintes efeitos:

- a) Identificação das capacidades pessoais e profissionais do avaliado que devam ser desenvolvidas.
- b) Identificação das necessidades de formação;
- c) Atribuição de prémios de desempenho, nos termos das normas aplicáveis.

Referência de Muito Bom

O reconhecimento de “Desempenho Muito Bom” em três anos consecutivos confere ao avaliado o direito a frequência de acções de formação adequada ao desenvolvimento de competências profissionais.

Referência de Inadequado

A atribuição da referência qualitativa de “Desempenho Inadequado” deve ser fundamentada, por cada componente, de modo a decidir o melhor aproveitamento das capacidades do avaliado e identificar as necessidades de formação adequadas à melhoria do desempenho.

Intervenientes no processo de avaliação

Sujeitos

Intervêm no processo de avaliação do desempenho:

- a) O avaliador;
- b) O avaliado;
- d) O comandante do corpo de bombeiros.

Avaliador

A avaliação é da competência do superior hierárquico responsável pela unidade orgânica do corpo de bombeiros onde o avaliado se insere ou, na sua ausência ou impedimento, do superior hierárquico de nível seguinte, cabendo ao avaliador:

- a) Estabelecer os objectivos do avaliado e fixar os indicadores de medida do desempenho;
- b) Rever com o avaliado os objectivos acordados, ajustá-los, se necessário, e reportar ao avaliado a evolução do seu desempenho e possibilidades de melhoria;
- c) Estabelecer as competências que integram a segunda componente de avaliação.
- d) Avaliar anualmente os bombeiros directamente subordinados, assegurando a correcta aplicação dos princípios integrantes da avaliação;
- e) Ponderar as expectativas dos avaliados no processo de identificação das respectivas necessidades de desenvolvimento;
- f) Fundamentar as avaliações de “Desempenho Muito Bom” e “Desempenho Inadequado”, para os efeitos previstos no presente regulamento.

O superior hierárquico imediato deve registar os contributos que reputar adequados e necessários a uma efectiva e justa avaliação, designadamente quando existam avaliados com responsabilidade efectiva de coordenação e orientação.

Avaliado

O avaliado tem direito:

- a) A que lhe sejam garantidos os meios e condições necessários ao seu desempenho em harmonia com os objectivos e competências fixados;
- b) À avaliação do seu desempenho.

É garantido aos avaliados o conhecimento dos objectivos, fundamentos e resultados da avaliação.

É garantido ao avaliado o direito de reclamação.

Comandante do corpo de bombeiros

Compete ao comandante do corpo de bombeiros:

- a) Garantir a adequação do sistema de avaliação do desempenho às realidades específicas do corpo de bombeiros;
- b) Coordenar e controlar o processo de avaliação anual de acordo com os princípios e regras definidas no presente regulamento;
- c) Homologar as avaliações anuais;
- d) Decidir das reclamações dos avaliados;
- e) Assegurar a elaboração do relatório anual da avaliação do desempenho;
- f) Exercer as demais competências que lhe são cometidas pelo presente regulamento.

Quando o comandante do corpo de bombeiros não homologar as avaliações atribuídas pelos avaliadores, atribui nova referência qualitativa e respectiva quantificação, com a respectiva fundamentação.

Processo de avaliação

Fases

O processo de avaliação dos bombeiros compreende as seguintes fases:

- a) Reunião entre avaliador e avaliado para definição dos objectivos e respectivos indicadores e fixação das competências;
- b) Reunião entre avaliador e avaliado para avaliação de desempenho;
- c) Homologação;
- d) Reclamação.

Definição das componentes

No início de cada período anual de avaliação ou do exercício de um novo cargo ou função, bem como em todas as circunstâncias em que seja necessária a fixação de objectivos a cumprir, é efectuada reunião entre avaliador e avaliado destinada a fixar e registar na ficha de avaliação tais objectivos e as competências a demonstrar, bem como os respectivos indicadores de medida.

Avaliação

A avaliação é efectuada pelo avaliador nos termos do presente regulamento, nas duas componentes e respectivos indicadores de desempenho.

Durante o mês de Fevereiro, realizam -se as reuniões entre os avaliadores e respectivos avaliados, com o objectivo de dar conhecimento da avaliação, referente ao ano anterior, e para definição dos objectivos e respectivos indicadores e fixação das competências, para o ano em curso.

Homologação da avaliação

A homologação da avaliação de desempenho é da competência do Comandante do Corpo de Bombeiros, devendo ser, em regra, efectuada até 30 de Março e dela deve ser dado conhecimento ao avaliado no prazo de cinco dias úteis.

Reclamação

O prazo para apresentação de reclamação do acto de homologação é de cinco dias úteis, a contar da data do seu conhecimento, devendo a respectiva decisão ser proferida no prazo máximo de 15 dias úteis.

Na decisão sobre reclamação, o comandante do corpo de bombeiros deve ter em conta os fundamentos apresentados pelo avaliado e pelo avaliador.

Outras impugnações

Do acto de homologação e da decisão sobre reclamação cabe recurso nos termos da lei geral.

Registos

Compete ao comandante do corpo de bombeiros assegurar o registo tempestivo das fichas de avaliação, bem como a sua inclusão no processo individual dos bombeiros.

Até 30 de Abril de cada ano, o comandante do corpo de bombeiros envia à Direcção Nacional de Bombeiros da ANPC o mapa anual com as classificações finais por referências qualitativas, relativas ao ano anterior, por carreira e categoria dos bombeiros.

3. Normas relativas às Infra-estruturas e aos Equipamentos de Intervenção

PLANO PRÉVIO DE INTERVENÇÃO

Ocorrência	1º Alarme	2º Alarme	3º Alarme	Informar:
Saúde / Emergência Médica	ABSC 01 ou ABSC 02	ABSC ou ABTD 03	Alarme Especial	
Acidente de Trabalho	ABSC 02 ou ABSC 01	ABSC ou ABTD 03	Alarme Especial	GNR
Acidente de Viação	ABSC 01 e VSAT 01	ABSC 02 e / ou ABTD 03	Alarme Especial	- Comando - GNR
Acidente Ferroviário	ABSC 01 e VSAT 01	ABSC 02 e ABTD 03	Alarme Especial	- Comando - GNR
Acidente com veículo de Matérias Perigosas	ABSC 01 VSAT 01 VUCI 03	Alarme Especial	Alarme Especial	- Comando - GNR
Incêndio Urbano	VUCI 03 VECI 01 ABSC 01	VRCI 02 VTTU 01	Alarme Especial	- Comando - GNR
Incêndio Industrial	VUCI 03 VECI 01 VRCI 02 ABSC 01	Alarme Especial	Alarme Especial	- Comando - GNR
Incêndio Florestal	VLCI 03 VRCI 01 VRCI 02	VECI 01 VTTU 01	Alarme Especial	- Comando - GNR
Fuga de Gás	VUCI 03 e ABSC 02	Alarme Especial	Alarme Especial	- Comando - GNR
Abertura de Porta de Socorro	VUCI 03 e ABSC 02	Alarme Especial	Alarme Especial	- Comando - GNR
Fecho de águas	VLCI 03	Alarme Especial	Alarme Especial	
Inundações				

Norma de execução para intervenções

Sem prejuízo do conteúdo da Norma Directiva Nacional da ANPC e da Norma Distrital.

1. Todos os Chefes das ECIN devem cumprir e fazer cumprir o que está determinado nas NOP's.
2. Na saída para a 1ª intervenção, e chegado ao local, deve o Chefe da equipa comunicar /informar o CDOS em Banda Alta Canal Distrital – AVEIRO SUL- o ponto de situação.
3. Deve a Central, comunicar de imediato à GNR o local e tipo de sinistro. Se decorridos pelo menos 30 minutos e esta não comparecer, deve o Chefe da ECIN comunicar para o CDOS, afim deste fazer o seu accionamento.
4. Saída para fora do concelho, só com autorização do CDOS.
5. O Contra – Fogo, Fogo Tático ou Fogo Controlado não é permitido sem autorização do COS (Comandante Operação de Socorro).
6. Devem os chefes de cada ECIN elaborar um relatório de acordo com as ocorrências havidas com o grupo.

Comunicação Social

Para que não haja disparidades nas informações prestadas á Comunicação Social fica mais uma vez determinado que a Central (Operador) dará a informação do local do sinistro e os meios que estão envolvidos.

Todo o conjunto de consequências do sinistro, só estão autorizados a prestar declarações o Comando ou o COS no local.

No que respeita á Informação do sinistro prestado às entidades Policiais ou de Protecção Civil, mantém-se o principio para a Comunicação Social.

CAPÍTULO IV

Quadros de Pessoal do Corpo de Bombeiros

		QUADROS		
		COMANDO	ACTIVO	TOTAIS
Estrutura de Comando	Comandante	1		1
	2º Comandante	1		1
	Adjunto de Comando	1		1
	SUB TOTAL	3		3
Carreira de Oficial Bombeiro	Oficial Bombeiro Superior		1	1
	Oficial Bombeiro Principal		2	2
	Oficial Bombeiro 1ª Classe		3	3
	Oficial Bombeiro 2ª Classe		3	3
	SUB TOTAL		09	09
Carreira de Bombeiro	Chefe		3	3
	Subchefe		6	6
	Bombeiro de 1ª. Classe		12	12
	Bombeiro de 2ª. Classe		24	24
	Bombeiro de 3ª. Classe		36	36
	SUB TOTAL		81	81
TOTAIS		3	90	93

CAPÍTULO V

Anexos

A - Mapa de equipamentos de intervenção

B - Plantas descritivas das infra-estruturas operacionais

C - Relação de contactos relevantes

Anexo A - Mapa de equipamentos de intervenção

CATEGORIA	TIPO	CÓDIGO OPERACIONAL	QUANT.	MARCA	MODELO	MATRÍCULA	DATA DE MATRÍCULA	COMBUSTÍVEL
Terrestres	Veículo de Socorro e Assistência a Doentes	ABSC-01	1	RENAULT	TRAFIC TBX	32-36-EX	1995	Gasóleo
Terrestres	Veículo de Socorro e Assistência a Doentes	ABSC-02	1	IVECO	35S13 V/P	03-97-RP	2001	Gasóleo
Terrestres	Veículo de Socorro e Assistência a Doentes	ABSC-03	1	FORD	TRANSIT 330M	45-CA-72	2006	Gasóleo
Terrestres	Veículo de Socorro e Assistência a Doentes	ABSC-04	1	RENAULT	MASTER	56-55-MB	1998	Gasóleo
Terrestres	Veículo de Socorro e Assistência a Doentes	ABTD-01	1	FORD	TRANSIT 100 L	DX-89-01	1990	Gasóleo
Terrestres	Veículo de Socorro e Assistência a Doentes	ABTD-04	1	FORD	TRANSIT 100 L VAN	34-79-LG	1998	Gasóleo
Terrestres	Veículo de Socorro e Assistência a Doentes	ABTD-07	1	FORD	TRANSIT 350 L	90-04-PZ	2000	Gasóleo
Terrestres	Veículo de Socorro e Assistência a Doentes	ABTM-03	1	FORD	TRANSIT 120 VAN	22-59-AC	1992	Gasóleo
Terrestres	Veículo de Socorro e Assistência a Doentes	ABTM-05	1	FORD	TRANSIT 120 TOPLINE	30-69-NH	1999	Gasóleo
Terrestres	Veículo de Socorro e Assistência a Doentes	ABTM-08	1	FORD	TRANSIT 300 S COMBI	21-90-SC	2001	Gasóleo
Terrestres	Veículo de Socorro e Assistência a Doentes	ABTM-09	1	FORD	TRANSIT 300 S VAN L4	78-75-UI	2002	Gasóleo
Terrestres	Veículo de Socorro e Assistência a Doentes	ABTM-11	1	FORD	TRANSIT 330 L	37-AU-47	2005	Gasóleo
Terrestres	Veículo de Socorro e Combate a Incêndios	VLCI-02	1	LAND ROVER	TRANSIT 330 L	NG-26-19	1983	Gasóleo

Terrestres	Veículo de Socorro e Combate a Incêndios	VLCI-04	1	TOYOTA	HILUX	82-59-BG	1992	Gasóleo
Terrestres	Veículo de Socorro e Combate a Incêndios	VLCI-08	1	LAND ROVER	DEFENDER 130	02-BH-62	2006	Gasolina
Terrestres	Veículo de Socorro e Combate a Incêndios	VLCI-09	1	NISSAN	NAVARA KC 2.5 DCI	98-EI-75	2007	Gasóleo
Terrestres	Veículo de Socorro e Combate a Incêndios	VFCI-03	1	IVECO	80 - 17 W	VI-33-08	1990	Gasóleo
Terrestres	Veículo de Socorro e Combate a Incêndios	VFCI-06	1	TOYOTA	DYNA 250	74-06-HH	1996	Gasóleo
Terrestres	Veículo de Socorro e Combate a Incêndios	VFCI-07	1	IVECO	EUROCARGO ML 95 E	73-19-HQ	1996	Gasóleo
Terrestres	Veículo de Socorro e Combate a Incêndios	VECI-01	1	MERCEDES	1217 4X4	IL-09-05	1982	Gasóleo
Terrestres	Veículos de Apoio Logístico Autotanque	VTTU-01	1	IVECO	175.24 SLT	JQ-97-42	1987	Gasóleo
Terrestres	Veículos Técnicos de Socorro e Assistência	VSAT-01	1	LAND ROVER	DEFENDER TD5	96-42-SL	2001	Gasóleo
Terrestres	Veículos de Comando Operacional	VCOT-01	1	LAND ROVER	DEFENDER TD5	14-10-MJ	1998	Gasóleo
Terrestres	Veículo para Operações Específicas	VOPE-02	1	VOLKSWAGEN	GOLF CL	XZ-47-12	1992	Gasolina
Terrestres	Veículo para Operações Específicas	VOPE-03	1	OPEL	ASTRA 1.8	25-85-EL	1994	Gasolina
Terrestres	Veículo para Operações Específicas	VOPE-04	1	MERCEDES	190-E	RD-58-87	1989	Gasóleo
Terrestres	Veículo para Operações Específicas	VOPE-05	1	PEUGEOT	405	08-61-EG	1994	Gasóleo
Equipamentos	Motobomba de Grande DB	MTBB-01	1	HONDA	WT 40 X	*****	2008	Gasolina

Equipamentos	Motobombas Acopladas	MTBB				*****	*****	*****
Equipamentos	Gerador	Gerador 5 Kw	1	SACHS		*****		Gasolina
Equipamentos	Gerador	Gerador 5 Kw	1	HONDA	GH 2600MR / GC160	*****	2001	Gasolina
Equipamentos	Gerador Automático	Gerador 22.5 KVA - 18 KW	1	DEUTZ / PRAMAC	GBL 20	*****	2008	Gasolina
Equipamentos	Salvamento e Desencarceramento	Unidade Energética	1	HOLMATRO	PEHS 4000	*****	*****	Gasolina
Equipamentos	Salvamento e Desencarceramento	Expansor	1	HOLMATRO	2007	*****	*****	*****
Equipamentos	Salvamento e Desencarceramento	Tesoura	1	HOLMATRO		*****	*****	*****
Equipamentos	Salvamento e Desencarceramento	Corta pedais	1	HOLMATRO	HMC 8 U	*****	*****	*****
Equipamentos	Salvamento e Desencarceramento	Almofada Alta Pressão	1	HOLMATRO	HLB 20	*****	*****	*****
Equipamentos	Salvamento e Desencarceramento	Extensor	1	HOLMATRO	RA 3315	*****	*****	*****
Equipamentos	Moto Serras	Moto Serras	4			*****	*****	Gasolina
Protecção Individual	Aparelhos Respiratórios	*****		Dragger / Interspiro		*****	*****	*****
Protecção Individual	Abrigo de Protecção	Fire Shelter		Fire Shelter		*****	*****	*****
Protecção Individual	Capacetes Urbanos	*****				*****	*****	*****
Protecção Individual	Capacetes Florestais	*****				*****	*****	*****

Protecção Individual	Cóculas	*****				*****	*****	*****
Protecção Individual	Casaco de Protecção	*****				*****	*****	*****
Protecção Individual	Calça de Protecção	*****				*****	*****	*****
Protecção Individual	Luvas	*****				*****	*****	*****
Protecção Individual	Botas	*****				*****	*****	*****

Anexo B - Plantas descritivas das infraestruturas operacionais

Ano de construção	1985
Área de Construção	1.771 m2
Área estacionamento, oficinas e arrumos	422,5 m2
Área de comando, de administração e gestão de emergências	90 m2
Área de alojamento	120 m2
Área da parada operacional	678,6 m2

Nota: As Plantas descritivas das infra-estruturas estão disponíveis no Corpo de Bombeiros

Anexo C - Relação de contactos relevantes

ENTIDADE	RESPONSÁVEL	TELEMÓVEL	TELEFONE	FAX	E-MAIL
Governo Civil de Aveiro	Governador Civil	*****	234372130	234372103	*****
CDOS AVEIRO	CODIS António Machado	966 049 141	234 403 742	234 403 746	cdos.aveiro@prociv.pt
CDOS AVEIRO	2.º CODIS António Ribeiro	961 479 559	234 403 742	234 403 746	cdos.aveiro@prociv.pt
CDOS AVEIRO	ADOD Eng.º Pinheiro Duarte	926 815 847	234 403 742	234 403 746	cdos.aveiro@prociv.pt
Câmara Municipal de Sever do Vouga	Presidente Dr. Manuel Soares	917 520 365	234 555 566	234 552 982	cm.sever@cm-sever.pt
Vereador da protecção Civil	Raúl Duarte	918 279 068	234 555 566	234 552 982	cm.sever@cm-sever.pt
Gabinete Técnico Florestal	Eng.ª Cristina Tavares	962 369 259	234 597 037	234 552 982	gtf@cm-sever.pt
GNR de Sever do Vouga	CMDT GNR Sever do Vouga	961 195 211	234 551 225	234 556 650	*****
SEPNA	Major Rodrigues	*****	234 378 220	234 382 423	*****
Afocelca	Eng.º Melo Bandeira	964 178 830	*****	*****	*****
Agris	António Ferreira	969 140 567	234 561 119	234 561 580	*****
Junta de Freguesia de Sever do Vouga	José Loureiro	965 364 629	234 551 552 / 234 556 128	234 556 128	stand.loureiro@sapo.pt
Junta de Freguesia de Paradela do Vouga	Rui Rocha	913 500 376	*****	234 556 754	junta.paradela.vouga@clix.pt

Junta de Freguesia de Rocas do Vouga	António Tavares	914 128 042	234 558 469	*****	jfrocasvouga@sapo.pt
Junta de Freguesia de Couto Esteves	Claudino Soares	938 841 843	234 558 739	*****	*****
Junta de Freguesia de Dornelas	Harolde Balaías	914 508 532	*****	*****	junta.freguesia@dornelas.net
Junta de Freguesia de Silva Escura	Fernando Oliveira	964 020 274	234 555 264	*****	*****
Junta de Freguesia de Cedrim	Edgar Silva	919 212 591	234 551 826	234 551 826	junta_cedrim@iol.pt
Junta de Freguesia de Pessegueiro do Vouga	João Henriques	914 043 129	234 555 363	*****	jfpessegueiro@mail.telepac.pt
Junta de Freguesia de Talhadas	António Ferreira	966 831 119	234 561 119	234 590 580	*****